

RESOLUÇÃO DO

SECRETARIADO NACIONAL DA UGT

25 DE NOVEMBRO DE 2021

AS EXPECTATIVAS, A DEFESA E A LUTA DOS TRABALHADORES NÃO CAEM NEM SE DISSOLVEM.

A DIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO É UMA AGENDA DE TODOS.

O chumbo da Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2021 determinou a dissolução do Parlamento pelo Presidente da República, abrindo o que se vem designando de crise política e introduzindo condicionantes e constrangimentos (ainda que não tantos como muitos querem fazer crer) à ação governativa.

A UGT sempre afirmou que o atual momento - de saída de uma pandemia, de início de um trajeto de recuperação económica e social, de necessidade de um esforço nacional de aproveitamento dos fundos europeus - não tornava desejável uma situação de instabilidade política, a qual se traduz necessariamente num certo grau de instabilidade social e económica.

Independentemente das responsabilidades de todos e cada um pelo atual quadro político, as quais serão apuradas na sede própria que serão as eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022, independentemente do Governo que sair dessas mesmas eleições, **a UGT entende que o que não pode cair nem pode dissolver-se são as expectativas e as reivindicações dos trabalhadores para um mercado de trabalho mais justo e por condições de trabalho mais dignas.**

A Política Reivindicativa 2021-2022, que aprovámos em setembro passado, é uma agenda para os trabalhadores e para o País. É uma **Política Reivindicativa que continua válida para o atual e para futuros Governos.**

A UGT entende que, mesmo no atual quadro, não podemos deixar cair os resultados dos processos negociais e devemos exigir que os mesmos conheçam a sua efetivação e cheguem aos trabalhadores no seu dia-a-dia.

A luta contra os problemas estruturais dos Países – os baixos salários, a precariedade excessiva e abusiva, os bloqueios à negociação coletiva - não pode parar.

A **concretização da Agenda do Trabalho Digno**, discutida em sede de concertação social, ainda que com limitações, pretende responder a tais desafios, ou a **discussão sobre as alterações necessárias a medidas (sempre entendidas como de mera resposta a um já longínquo contexto extraordinário e, como tal, transitórias)** que continuam a desequilibrar alguns aspetos da nossa legislação laboral tem de ter lugar.

A concretização dos Acordos de Concertação Social, compromissos políticos que vinculam todos os Governos, não pode ser adiada sob o pretexto do atual quadro político.

O acordo tripartido de 2018 tem ainda importantes medidas por **efetivar, como a taxa sobre a rotatividade excessiva de contratos precários, e a reformulação do Sistema de Formação Profissional**, preconizada nomeadamente pelo Acordo sobre Formação Profissional e Qualificação assinado em julho passado, tem de ser vista como uma verdadeira prioridade de política nacional.

E como prioridade – como uma urgência e como um imperativo - tem de ser vista também a construção de uma estratégia para a valorização dos rendimentos dos trabalhadores, matéria cuja discussão tem de ser retomada na sede própria, que é a concertação social.

E a UGT não pode continuar a assistir a um discurso de constantes queixas sobre a falta de mão-de-obra em vários sectores sem insistir na necessidade de discutir as causas frequentes dessa escassez.

Ou estamos cientes de que os salários baixos, as reduzidas condições de trabalho, a fraca valorização das carreiras profissionais pela insistência numa negociação coletiva anémica e a não valorização das qualificações são alheios a tal falta de mão-de-obra e até à saída do País de muitos milhares de jovens todos os anos?

O País tem de ter uma política de rendimentos que permita o crescimento de todos os salários.

Uma política que, não podendo esgotar-se no aumento do salário mínimo, tem de manter a trajetória de subida sustentada desse agregado, essencial para tirar inúmeros trabalhadores da pobreza.

Ainda há pouco tempo o conhecido e insuspeito, neste caso, **banqueiro Horta Osório, afirmava na comunicação social que é “...dramático que em Portugal se ganhe mil euros em média por mês**

quando na Irlanda (um país pequeno como o nosso) se ganha o dobro”. E afirmava, ainda, que temos um claro problema de falta de ambição que o nosso modelo económico de baixos salários não tem permitido contornar, acrescentamos nós.

E, estando em curso a discussão do aumento da RMMG para 2022, devemos reiterar, mais uma vez, a nossa posição.

A UGT, estando aberta ao diálogo, defende que o salário mínimo deve ser fixado em 715 euros em Janeiro de 2022.

Mais, **defendemos o estabelecimento da meta de 1000 euros para a próxima legislatura**, valor que deve ser atingido o mais cedo possível e em função das condições económicas e sociais dos próximos anos.

Há muito que se discute se o salário mínimo provoca, ou não, um aumento de desemprego e falência de empresas. A realidade, no entanto, tem vindo a demonstrar precisamente o contrário com a economia a absorver sem grandes sobressaltos os vários aumentos que se verificaram.

Aliás, como também ficou provado pelos estudos efetuados pelo recente Prémio Nobel da Economia, que concluem que aumentar o salário mínimo não conduz necessariamente a menos emprego.

E cumpre-nos deixar claro **que a UGT entende que é já (e já devia ter sido) o momento de deixarmos de associar o aumento do salário mínimo a medidas de apoio aos empregadores.** O contexto excecional que motivou tais medidas há muito que desapareceu e as mesmas perderam razão de ser.

No entanto, e se tais medidas forem avançadas pelo Governo, atendendo nomeadamente ao contexto de pandemia, a UGT deve salientar que uma qualquer solução não poderá passar pela utilização de dinheiro dos trabalhadores ou que sirva de garante dos seus direitos.

Mais, **a disponibilidade orçamental para medidas excecionais de apoios aos empregadores deve levar a igual disponibilidade para medidas excecionais de valorização dos rendimentos do trabalho**, como o aumento extraordinário de pensões.

NEGOCIAÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CULMINAM EM MAIS UM ANO DE ESTAGNAÇÃO SALARIAL

Na sequência do final das negociações realizadas entre o Governo e os sindicatos da Administração Pública, no decurso das quais foram ficarem esclarecidas as dúvidas que persistiam acerca da aplicação das medidas relativas ao setor e que constavam no Orçamento do Estado para 2022, chumbado pelo Parlamento, a UGT considera que este foi um processo cujos resultados acabam por ser um fator de agravamento das injustiças com que os trabalhadores em funções públicas se vêm debatendo ao longo dos anos.

Nos encontros que manteve com os sindicatos, o Governo reiterou a proposta que havia avançado nas reuniões de negociação geral anual, nomeadamente quanto à parca atualização salarial de 0,9% para todos os trabalhadores (à exceção daqueles que, por via do aumento do salário mínimo nacional (SMN), veem as suas remunerações aumentarem acima daquela percentagem), sem atualização do subsídio de alimentação ou das ajudas de custo, e sem qualquer esforço de correção das injustiças geradas pela absorção de posições remuneratórias por força do aumento do salário mínimo, mantendo a rota de aproximação do salário médio ao salário mínimo.

Nestas condições, saem particularmente penalizados os trabalhadores que estão na 5ª posição da Tabela Remuneratória Única (TRU), para quem o aumento de 0,9% significará uma atualização salarial inferior a 7 €, já que a sua remuneração passará de 703,13 € para 709,46 €.

Na prática, teremos assistentes operacionais a auferirem os 705 € referentes ao SMN, e assistentes técnicos e assistentes operacionais, muitos deles com mais de 30 anos de carreira, a auferirem apenas mais 4,46 € do que o salário mínimo.

Apenas deve ser destacado o facto de, na reunião de negociação suplementar, realizada a 17 de novembro, **apesar de manter a proposta de atualização salarial de 0,9%, o Governo ter assumido o compromisso político de incluir, no Decreto-Lei que será aprovado até ao final do ano, uma norma que ressalva a possibilidade de este valor ser corrigido caso se venha a verificar um desvio significativo do valor da inflação anual inicialmente previsto, o qual será apurado no final de novembro.**

O Executivo garantiu também que **os trabalhadores cujas posições remuneratórias venham a ser absorvidas pelo aumento do salário mínimo, nomeadamente os da quinta posição da Tabela Remuneratória Única (TRU), conservarão os seus pontos de avaliação para efeitos de progressão.**

Face à situação atual do País, sem orçamento aprovado para o próximo ano e de dissolução da composição da Assembleia da República, não farão efeito uma série de compromissos que haviam sido assumidos pelo Governo, nomeadamente:

- a valorização dos técnicos superiores;
- a descompressão da TRU e a valorização das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional;
- a anualização e simplificação da avaliação de desempenho;
- o rejuvenescimento dos quadros da Administração Pública.

Assim, tendo em vista a assunção dos compromissos necessários para o abandono da política de baixos salários e de crescente aproximação do salário médio ao salário mínimo que tem vindo a ser praticada, e para a construção de uma Administração Pública com futuro, com um vínculo laboral único, com carreiras e salários dignos, com um SIADAP mais justo, sem quotas, e, por essa via, dotada de trabalhadores mais motivados, a UGT insta os partidos políticos a integrarem, nos programas eleitorais a serem sufragados pelos portugueses a 31 de janeiro, as medidas que pretendem ver incluídas num futuro Orçamento do Estado, que espera que possa ser aprovado no mais curto espaço de tempo possível e que seja melhor para os trabalhadores da Administração Pública.

Neste sentido, no período pré-eleitoral, os sindicatos da Administração Pública da UGT procurarão reunir com os principais partidos políticos, tendo em vista a apresentação das reivindicações dos trabalhadores do setor e a sua inclusão nos respetivos compromissos eleitorais.

Finalmente, a UGT e os seus sindicatos reiteram a sua disponibilidade permanente para negociar, mas também para avaliar as circunstâncias, gerais ou sectoriais da Administração Pública, e definir as formas de luta mais adequadas a adotar em cada momento.

EXIGEM-SE MEDIDAS CONCRETAS PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO

O Secretariado Nacional da UGT reafirma a necessidade de que, na área da Educação, **a próxima Legislatura constitua a oportunidade para que sejam assumidos, em sede de negociação e concertação, os problemas que continuam por resolver**, e que se traduzem em grave prejuízo para os nossos alunos, como é o caso da insuficiência de educadores e professores, e ainda na acumulação da precariedade e da insatisfação entre todos os trabalhadores do setor.

O atual Ministro da Educação é responsável pelo ensino básico e secundário há seis anos. Em seis anos, não só recusou o diálogo e a concertação, como ignorou os problemas e a necessidade de para eles propor soluções, acolher as propostas que lhe foram apresentadas e reconhecer, valorizar e motivar os profissionais que tutelou.

A recente divulgação de um relatório encomendado pelo próprio Ministério sobre as necessidades de docentes para os próximos anos concluiu o que toda a gente sabia, isto é, que com o ritmo a que os professores se vão aposentar nos próximos anos, não vai haver docentes em número suficiente e os que estão a ser formados vão ser poucos para o que vai ser preciso.

O que é lamentável é que o Ministério da Educação tenha desprezado todos os estudos que ao longo dos últimos anos várias entidades realizaram e as propostas que tantos, incluindo os sindicatos da Educação da UGT, lhe fizeram chegar.

Vamos ter agora eleições legislativas e uma campanha eleitoral em que os partidos políticos vão anunciar as suas opções para o futuro e é fundamental que sejam claros nos seus manifestos eleitorais.

É preciso ter consciência de que **só teremos uma educação de qualidade se houver investimento que permita a valorização dos profissionais do setor. É preciso fazer crescer as remunerações, é preciso acabar com a precariedade, é preciso que os professores possam concentrar-se no que é nuclear na sua profissão e que é o trabalho direto com os alunos, é preciso compatibilizar o tempo de trabalho com o tempo pessoal e familiar, é preciso o rejuvenescimento de todos os profissionais da área da Educação, é preciso garantir um acesso à aposentação em tempo adequado.**

A UGT considera **imprescindível que se assumam medidas concretas para resolver os problemas adiados da Educação.**

Foram 6 anos perdidos.

PROTESTO E APELO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

EM PROL DOS BANCÁRIOS

A UGT, face à difícil situação laboral e às justas reivindicações dos Trabalhadores do Setor Financeiro, em Portugal, expressa o seu **veemente repúdio pela teimosia e recusa persistentes reveladas pelos Bancos** das exigências de **aumentos salariais dignos**; de **negociação coletiva séria, célere e com eficácia nos resultados**; de **reposição de direitos perdidos**; do **fim dos despedimentos coletivos**; e da garantia de **trabalho digno conciliável com a vida pessoal e familiar**, que os Bancários têm reclamado incessantemente através dos seus Sindicatos.

Embora não tenham tido responsabilidades na crise financeira, económica e de confiança que afetou a Banca em Portugal, e não só, **os Trabalhadores Bancários deram o seu contributo empenhado e insubstituível na recuperação, que, felizmente, já se verifica e tem significado apreciável.**

De acordo com a *“Síntese de indicadores do 1º semestre de 2021”* da APB, o resultado antes de impostos do primeiro semestre de 2021 do setor bancário **cresceu 196%, comparativamente com igual período do ano anterior**; no final do terceiro trimestre deste ano, os seguintes bancos a operarem no nosso mercado: BPI, Santander, NB, MCBP e CGD - **já acumulavam 942 milhões de euros de resultados líquidos**; com base no nível de desempenho evidenciado, **a projeção para os resultados líquidos anuais de 2021, para os bancos identificados no ponto anterior, é de 1.256 milhões de euros**; existem bancos que estão a crescer fortemente em termos de resultados, como é o caso do BPI e da CGD que, **de acordo com a dita projeção, deverão apresentar um aumento dos resultados líquidos de 101% e de 16%, respetivamente.**

Por isso é absurda a **situação de repressão, de exploração, de violação de direitos** por parte dos Banqueiros contra os Trabalhadores Bancários. É repudiável e tem de acabar o **único objetivo do lucro para os acionistas**, sem olhar a meios.

Os Trabalhadores não são mercadoria nem máquinas de produção: **são pessoas humanas, que têm direito a trabalho digno harmonizável com a sua vida pessoal e familiar**; a **reais aumentos salariais para viverem dignamente**; à **reposição de direitos perdidos desde a intervenção da Troika**; à **negociação coletiva séria, célere e com resultados**; ao **fim imediato dos despedimentos coletivos ou rescisões operadas por ameaças e medos incutidos...**

É **vergonhosa e humilhante a atual proposta de aumentos salariais de 0,4%**, após meses de negociações (antes foi de 0,00%, depois de 0,1% e, a seguir, de 0,02%!!!), apesar dos Bancos saberem

(pois é do conhecimento público) que **a taxa de inflação homóloga em Portugal atingiu, em outubro, os 1,8%**, como deu conta o Banco de Portugal.

A UGT junta a sua voz de protesto aos Trabalhadores Bancários e aos seus Sindicatos, reclamando justiça às Instituições de Crédito e **fazendo-lhes um veemente apelo: ao fim imediato dos despedimentos coletivos; a aumentos salariais desde já, que reponham o poder de compra e a melhoria das condições retributivas; a uma negociação coletiva, célere e com resultados; ao respeito rigoroso pelos horários normais de trabalho; ao fim das situações de stress assediantes; ao respeito pelo direito da conciliação entre os deveres profissionais e com a vida pessoal e familiar.**

JUSTIÇA PARA TODOS OS TRABALHADORES

O Conselho de Ministros, através de comunicado de 18 de novembro de 2021, manifesta “o intuito de oferecer aos cidadãos e às empresas uma justiça cada vez mais ágil, eficaz e eficiente, que se assumia como catalisador de desenvolvimento económico e social, o Governo apresentou um projeto de novo Estatuto dos Oficiais de Justiça (EOJ)” aos representantes destes trabalhadores.

Concluía esse comunicado, de forma propagandista/eleitoralista, colocando o ónus, pelo encerramento do processo negocial para a revisão do EOJ, nos trabalhadores, o que não poderemos aceitar.

Importa, desde logo, reconhecer que o conceito de “*iustitiae*”, gravado na *Domus* (casa) dos tribunais portugueses, embora abstrato, afirma, numa qualquer interação social e económica, um equilíbrio entre as partes, imparcialidade, respeito e verdade, tendo como símbolos a mulher de olhos vendados, a espada e a balança. Longe vão estes tempos, como longínquo é o sentido de “*iustitiae*”, para este Governo.

Sucedendo, então, que tudo aquilo foi, há muito, afastado **pelo Ministério da Justiça**, ao apresentar uma **proposta negocial tão fechada, quanto implacável para os direitos dos seus trabalhadores – os representantes dos trabalhadores não tiveram, sequer, a oportunidade de apresentarem as suas justas contrapropostas –, o que coloca, ainda mais em crise, a realização da Justiça em Portugal, bem como a dignificação e valorizações dos seus profissionais.**

Perante a ação do Governo – que em nada dignifica o Estado de Direito Livre e Democrático –, os representantes dos Oficiais de Justiça e, nomeadamente este Sindicato da UGT, SOJ, exigiram a

realização da negociação coletiva, pois consideram que esse, a ser realizado, é o instrumento essencial para proporcionar as respostas adequadas aos problemas dos trabalhadores, da justiça e do país.

Contudo, o Governo optou por outro caminho: ter tribunais cada vez menos eficientes, mas colocando a culpa nos trabalhadores, como se estes fossem os responsáveis pela falta de recursos humanos, materiais e legislativos que, ao longo dos anos, vêm enfermando a *Domus Iustitiae* em Portugal, denunciando a falta de condições que se sentem em cada comarca.

Assim, e para memória futura, resta agora aos trabalhadores aguardarem por um novo Governo, com uma outra cultura democrática, no Ministério da Justiça, para ser capaz de **garantir a concertação social, a independência dos tribunais – afastando as magistraturas dos lugares de confiança política/partidária –, os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, falando com verdade ao país.**

Parece pouco, mas **a Justiça basta-se por valores, só necessitando de ser justa, célere, equilibrada e pouco onerosa aos que pretendem dela recorrer. E até por isso os trabalhadores da Justiça só reivindicam Justiça, também para quem nela trabalha, numa melhor e mais profícua regulamentação das relações de trabalho.**

A VACINAÇÃO SALVA VIDAS.

VACINAR É PRECISO.

A UGT valoriza e louva o enorme esforço de todos os profissionais de saúde, desde assistentes operacionais a enfermeiros, médicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, na resposta directa à pandemia, assim como no processo de vacinação, que permitem que o impacto actual da Covid-19 seja mitigado e se traduza em números de internamentos em enfermarias, unidades de cuidados intensivos e óbitos dos mais baixos ao nível da União Europeia.

Os números elevadíssimos da taxa de adesão à vacinação só são possíveis graças à confiança dos portugueses na evidência científica e no **elevado desempenho dos trabalhadores da saúde que deve merecer a devida atenção dos decisores políticos, pois se estão na linha da frente dos deveres, também deve ser considerada a valorização das suas carreiras e remunerações.**

A UGT apela ainda à responsabilidade individual e coletiva no cumprimento das regras básicas de higiene, a utilização de máscara em espaços fechados e eventos que reúnem um elevado número de pessoas, aumento da testagem para controlo de surtos e ainda uma comunicação, clara, coerente e assertiva das autoridades de saúde pública, decisores políticos e comunicação social, evitando alarmismo excessivo que a ninguém beneficia.

O Secretariado Nacional da UGT regista com agrado a votação, nesta data efectuada no Parlamento Europeu, sobre a Directiva do Salário Mínimo Adequado Europeu, com 443 votos a favor, 192 contra e 58 abstenções, criando expectativas aos trabalhadores portugueses numa maior convergência com a realidade dos salários ao nível da União Europeia.

Não pode o Secretariado Nacional da UGT deixar de lamentar os votos contra de alguns Eurodeputados Portugueses, designadamente os representantes dos Partidos de Esquerda – PCP e BE – que assim contrariam o desígnio criado pela CES (Confederação Europeia de Sindicatos) e pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE (Comité Económico e Social Europeu).

Assim se vê quem defende os trabalhadores e a cegueira ideológica e sectária de alguns.

Lisboa, 25 de novembro de 2021

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O SECRETARIADO NACIONAL DA UGT